



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº18/2018

----- Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Luís Filipe Santana Dias, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos e João Teodoro Miguel. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência da Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos de saúde. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Não foram presentes atas para aprovação. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Três milhões, duzentos e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis euros e setenta e nove cêntimos; -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e dezoito mil, cento e trinta e cinco euros e catorze cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **CENTRO PAROQUIAL DE BEM ESTAR SOCIAL DE RIO MAIOR – APOIO TÉCNICO DADO NA ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA ORÇAMENTAL - AGRADECIMENTO;** -----

----- **APELO DA FENPROF-FEDERAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES – SOBRE A LEI 50/2018(LEI QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS);** -----

----- **AGRADECIMENTO PELA PARTICIPAÇÃO ATIVA E PELO CONTRIBUTO PARA OS TRABALHOS DO COMITÉ DAS REGIÕES DA EUROPA.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportou-se ao setor das águas recordou que fora colocado em orçamento um determinado montante para realizar alguns investimentos neste setor, solicitando informação sobre o ponto de situação e sobre a calendarização que está prevista para a conclusão destes investimentos. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao “Animatro - Festival de Teatro”, que se inicia na presente data e que durante seis dias irá percorrer todo o concelho e que conta com a presença de doze companhias de teatro. Disse ainda que para falar de teatro e do “Animatro”, é essencial falar de Orçamento Participativo Jovem, referindo que fora esta iniciativa que dera a possibilidade a esta jovem vencedora “Jéssica Santos”, de colocar a sua ideia em marcha e iniciar o Festival de Teatro no concelho. Referiu ainda que esta jovem merece o reconhecimento por ter ganho e pela coragem que mostrou ao desenvolver este projeto, pela dinâmica e pela forma ativa demonstrada de ser diferente e de, como jovem, colaborar no seu concelho. -----

----- Ainda no uso da palavra opinou que este festival de teatro tem uma importância diferente que deve ser analisada, considerando que a cultura, cada vez mais, não pertence “aos velhos do restelo”, mas sim a todos os que lhe quiserem dar vida e a quiserem fazer rejuvenescer. Aditou que esta jovem desejou que o teatro e a cultura fossem o tema do Orçamento Participativo Jovem que apresentou porque, efetivamente, acredita que a cultura tem futuro, contrariamente ao que muitos defendem.-----

----- Finalizou a intervenção endereçando mais uma vez os parabéns à Jéssica e também ao concelho, porque este projeto se diferencia e proporciona um festival que decorrerá no concelho durante seis dias. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE DA SANTANA DIAS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para responder ao Vereador João Teodoro Miguel e referiu que este colocara uma questão importantíssima sobre a ação do Executivo no investimento do setor das águas, recordando a propósito que, por diversas vezes, já salientara que este investimento é prioritário para a Câmara Municipal.-----

----- Seguidamente fez um resumo de todo o processo esclarecendo que o projeto que foi apresentado envolve um grande investimento por parte do município. Referiu

também que há cerca de seis meses este projeto ficou a aguardar uma decisão, a qual foi partilhada com os Senhores Vereadores, dado a possibilidade existente de equacionar a entrada do município de Rio Maior na empresa Águas do Ribatejo, possibilidade esta que originou uma pausa neste investimento, considerando que a agregação às Águas do Ribatejo possibilitaria uma candidatura que iria permitir um investimento a rondar os três milhões de euros, daí a Câmara não querer descorar esta hipótese que não se concretizou de, no imediato, a Câmara poder integrar a empresa Águas do Ribatejo.-----

----- Continuou a intervenção referindo que a Câmara retomou as conversações com o autor do projeto, estando-se a ultimar o acordo de execução para se retomar este trabalho, salientando que o processo relativo ao setor das águas não ficou parado e o Executivo continuou a trabalhar no processo de recuperação e manutenção profunda nos furos e reservatórios, fazendo a substituição das tubagens dos furos, a substituição de escotilhas para material inox, a impermeabilização do chão de todas as captações, assim como a substituição das condutas visíveis dos furos por material inox e ainda a colocação de válvulas novas. Aditou que existiam captações de água que não eram mantidas a este nível, há trinta anos, sendo intuito do Executivo dar qualidade e melhorar os equipamentos existentes. Disse ainda que há um projeto a decorrer para beneficiação dos próprios depósitos, cuidando-se da sua imagem.-----

----- Relativamente à calendarização informou que está em fase final o acordo para a execução deste projeto, estando-se inclusive a negociar as melhores condições para se poder fazer uma gestão repartida da obra e poder atribuir serviços a jusante do investimento no controle ativo de perdas de água e assim fazer uma gestão mista entre a Câmara Municipal e a empresa. -----

----- Ainda sobre esta matéria e para finalizar informou que o Executivo está a otimizar todo o processo para que, no final do ano a decorrer, se inicie a denominada “caixa zero” junto ao restaurante “Matias” começando a partir daí a construir todo um conjunto de trabalhos, cujo investimento rondará cerca um milhão e duzentos mil euros, frisando que o município, com grande esforço, conseguirá concretizar todo o investimento durante o próximo ano.-----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Voltou a intervir para solicitar esclarecimentos que se prendem com a possibilidade de integração nas Águas do Ribatejo, referindo que houve alterações nos estatutos, que não permitem a entrada de entidades privadas. Referiu que a Câmara está envolvida e está a ser parceira num estudo com a CIM OESTE, questionando qual o ponto da situação. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE DA SANTANA DIAS** -----

----- De novo no uso da palavra informou o Vereador João Teodoro Miguel que esteve presente numa reunião na CIM OESTE, concluindo-se, numa primeira análise, que não seria vantajoso para o município de Rio Maior integrar aquela agregação, dado que, por exemplo, em termos de tarifários praticados estes são superiores aos existentes. Também há muitos municípios que integram esta solução de agregação em condições piores e bastante mais deficitárias no seu sistema de abastecimento de água, comparando com Rio Maior. Frisou que esta situação, de alguma forma, poderá contribuir para que o município de Rio Maior possa ser dos últimos a ser beneficiado, dado que, considerando as prioridades, os mais necessitados em termos de intervenções, seriam os primeiros a ser intervencionados, o que iria fazer com que Rio Maior fosse dos últimos a ser contemplado nos investimentos a realizar. Por todas estas razões referiu que a Câmara acha por bem, no final do citado estudo, não integrar este sistema de abastecimento. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Iniciou a intervenção referindo-se aos assuntos para conhecimento e informou que quando as instituições solicitam apoio logístico, apoio de projeto ou outro tipo de apoio a Câmara tem sempre respondido de forma afirmativa. Manifestou a sua satisfação pelo reconhecimento por parte do Centro Paroquial de Bem Estar Social de Rio Maior. -----

----- Relativamente à Lei 50/2018 (Lei Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais) disse que a FENPROF-Federação Nacional de Professores apelou a que os municípios não tomem posição sobre a aceitação de competências na área da Educação. Referiu que esta Lei tem de ser trabalhada, devendo aguardar-se que os diplomas sectoriais sejam publicados para se ter real conhecimento das competências que o Governo pretende descentralizar para as Autarquias. -----

----- Referiu ainda que não se pode protelar esta situação infinitamente dado que, no limite, dia um de janeiro de dois mil e vinte e um, todos os municípios passam a ter essas competências, automaticamente. Também deu conhecimento que esteve numa reunião da Comunidade Intermunicipal da Lezíria, com a presença do Diretor Executivo do ACES, Drº. Carlos Ferreira, onde se fez o ponto de situação e foram analisadas todas as questões relativas ao Centro de Saúde de Rio Maior, assim como se fez o ponto da situação da Saúde no concelho e se abordou também a transferência de competências.-

----- Recordou que o ofício do Ministro da Administração Interna referia ser prematuro a posição da DGAL e da Secretaria de Estado a dizer para os municípios se renunciarem até ao dia 15 de setembro, quando, efetivamente, os diplomas sectoriais ainda não foram publicados, referindo que, sua opinião, a Câmara não deve tomar posição enquanto não souber o que vai ser transferido e a respetiva contrapartida

financeira, considerando não ser um ato de boa gestão dizer não sem a devida fundamentação, dado que deve haver um bom entendimento institucional com o Governo Central em áreas tão importantes como a educação, a ação social, a saúde a proteção civil e também na área da cultura. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que, ideologicamente, pertence a um partido que reconhece o Poder Local, a capacidade de intervenção e de trabalho pela proximidade, mas enquanto não existirem elementos concretos para se poderem tomar posições, terá de se aguardar.-----

----- Também deu conhecimento que numa reunião da supraconcelhia da Área Social onde está em representação dos onze municípios da Lezíria do Tejo, percebeu a preocupação do Senhor Diretor Distrital do Centro de Segurança Social pelo facto de existirem vários programas que estão a terminar, nomeadamente o CLDS 3G, assim como a RLIS – Rede Local de Intervenção Social, cujas entidades proponentes são o Centro de Educação Especial “O Ninho” e a Santa Casa da Misericórdia, dado que, caso os municípios só assumam as competências em dois mil e vinte, verificar-se-á um vazio. Referiu ainda que estes programas acompanham situações de famílias ou indivíduos em situação de fragilidade, nomeadamente idosos por falta de acompanhamento, desempregados, indivíduos em situação de vulnerabilidade e que têm necessidade de acompanhamento até porque existe em Rio Maior uma nova realidade que é a comunidade estrangeira, nomeadamente indianos e paquistaneses e alguns já têm consigo os filhos e as esposas, daí já ter sugerido ao CLAS a possibilidade de se cruzarem os dados das escolas, porque já existem muitas crianças dessas origens inscritas nas escolas e no Centro de Saúde, havendo também a necessidade de perceber se há necessidade de os integrar no mercado de trabalho. Também terá de ser equacionada a possibilidade de dar apoio no âmbito do ensino do português a esta comunidade, dado que a língua é a primeira barreira. Referiu que há necessidade de aguardar que saiam dados para se perceber o que se pretende delegar para os municípios e a Câmara tem que os trabalhar, mas se este trabalho puder ser feito em simultâneo, será ainda melhor.-----

----- Continuando no uso da palavra referiu-se ao Projeto da Liga Portuguesa Contra o Cancro, denominado “Um dia pela Vida” que teve início no sábado passado e que vai encerrar no dia dois de fevereiro e informou da total disponibilidade para abraçar o citado projeto. Opinou tratar-se de uma causa que todos devem abraçar, tanto mais que, pelos dados que existem, no médio e curto prazo, o cancro e a propagação do mesmo na sociedade portuguesa terá um rácio de um, em cada quatro cidadãos. Considerou ainda ser uma preocupação de todos saber se existe um Serviço Nacional de Saúde preparado para dar resposta a este aumento que se prevê. Informou que estas

iniciativas não se prendem só com angariação de fundos, mas também com um conjunto de ações de sensibilização para outros hábitos de vida saudáveis tendo em vista prevenir este problema. Salientou que a questão do cancro não é só o tratamento, mas também a sua prevenção. Em sua opinião, nesta matéria, de uma forma ou de outra, ninguém está dispensado de poder contribuir. Disse que o projeto tem a duração de cerca de quatro meses, com um conjunto de atividades diversas e sendo Rio Maior um concelho de gente solidária, solicitou que esta mensagem passe e que assim se possa ajudar e colaborar com a equipa local e com as equipas que entretanto se venham a formar. -----

----- Seguidamente reportou-se ao início do ano letivo referindo que acompanhou todas as reuniões dos agrupamentos e informou que a Escola Profissional e a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, tendo esta, pela sétima vez, feito a apresentação dos caloiros ao Executivo Municipal, dando vida à cidade, apesar de muitas pessoas criticam as praxes. Disse também que o Executivo não tem interferência na forma como as praxes são organizadas. Referiu ainda que procura dar alguns concelhos relativos ao período de duração das praxes para a integração dos novos alunos na escola e na comunidade.-

----- Salientou que nas escolas que estão sob a responsabilidade da Câmara o ano letivo arrancou com tranquilidade e informou que a questão do ar condicionado no Centro Escolar de Fráguas, onde as temperaturas são elevadíssimas devido à grande exposição solar do edifício, está a ser resolvida.-----

----- Continuou a intervenção dando conhecimento de uma candidatura apresentada para combate ao insucesso escolar a qual prevê a constituição de uma equipa de apoio - MIC-Equipa Multidisciplinar de Intervenção Concelhia que engloba a parte de recursos humanos, com psicólogo, terapeuta da fala e animador sócio cultural e ainda recursos materiais que serão disponibilizados aos Agrupamentos de Escolas, considerando que para combater o insucesso escolar terá de haver acompanhamento desde a pré-primária até ao terceiro ciclo. Deu conhecimento que o Dr. Luis de Deus, enquanto tutor da UAARE - Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola solicitou o apoio da citada equipa, em caso de necessidade.-----

----- Disse também que o objetivo da Equipa Multidisciplinar será, em função do nível de ensino, que possam estar técnicos na sala de aula, uma ou duas vezes por semana, não só para acompanhar, mas também para detetar situações de crianças com dificuldades de aprendizagem que possam ser acompanhadas por estas técnicas.-----

----- Finalizou a intervenção Disse que muitas vezes estas situações só são detetadas num nível de ensino mais à frente referindo que este projeto é financiado e acreditando que desta forma se pode também ter sucesso combatendo o insucesso. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- (Não foram presentes Despachos para ratificação) -----

----- **PONTO II – PRESCRIÇÃO DE DÍVIDA DE ÁGUA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando o parecer Gabinete Jurídico e Contratação Pública, datado de 13.09.2018, a anulação das respetivas guias e certidões de dívida, bem como determinou a extinção e o arquivamento dos respetivos processos de execução fiscal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO III – VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE NA RUA D. AFONSO HENRIQUES – RIO MAIOR - FREGUESIA DE RIO MAIOR - PROCESSO Nº.139/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face á proposta emitida, conceder o prazo de 120 dias, para o proprietário da edificação, proceder: -----

----- 1 - Proceder ao fecho imediato da fachada confinante com a via pública (Av. D. Afonso Henriques –Rio Maior), estabilizando-a e pintando-a, impedindo o acesso ao interior da parcela;-----

----- 2 - Limpar a pastagem e a vegetação; -----

----- 3 - Proceder á demolição total das edificações no interior da parcela, com limpeza e encaminhamento a vazadouro dos resíduos; -----

----- Se o proprietário pretender a recuperação do imóvel, deverá no mesmo prazo executar o disposto no ponto 1 e 2 e apresentar processo de licenciamento. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV – CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2018/CCE – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GÁS PROPANO A GRANEL E LUBRIFICANTES - CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos da proposta e Informação Interna nº 44/2018/UOPEAFPC, datada de 20 de setembro e Proposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 21 de setembro de 2018: -----

----- Autorizar a abertura de procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, com vista à celebração de acordo quadro para a aquisição de combustíveis rodoviários, gás propano a granel e lubrificantes, com fundamento na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do CCP e na al. dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- Autorizar a abertura de procedimento, estabelecendo como preços unitários máximos os previstos no anexo II e V, à informação acima identificada, valores aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Autorizar que o Município, apresente junto da CIMLT o respetivo pedido de contratação; -----

----- Autorizar a delegação de competências no júri do procedimento, conforme proposto no ponto n.º 6 da referida Informação; -----

----- Autorizar que o Município delegue no Conselho Intermunicipal da CIMLT e no seu Presidente as competências indicadas na informação supracitada, nos termos mencionados; -----

----- Aprovar a nomeação da gestora do Acordo Quadro, Mariana Beatriz Abrantes Melo; -----

----- Aprovar as peças de procedimento apresentadas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO SUL DO CONCELHO (CENTRO ESCOLAR Nº 3) - RECEÇÃO DEFINITIVA PARCIAL – LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO - PROCESSO Nº 137/2010/DCC** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a liberação total da caução, no valor de 30.958,32€ (trinta mil novecentos e cinquenta e oito euros e trinta e dois cêntimos), prestada pela empresa "Joaquim Fernandes & Filho, S.A", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto, nos termos da informação nº 18/2018/UFAS-RL e respetivos despachos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Interveio referindo-se ao ar condicionada do Centro Escolar de Fráguas e disse que visitou a escola deparando-se com algumas situações de má qualidade dos materiais, referindo, nomeadamente que alguns estores tinham caído. Questionou se está a ser tida em conta alguma garantia bancária que possa colmatar e beneficiar financeiramente a parte da aquisição do ar condicionado. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou o Vereador João Teodoro Miguel que o ar condicionado não foi colocado nas cinco salas, incluindo a do prolongamento porque não estava previsto na empreitada inicial, estando agora a proceder-se à instalação desses equipamentos. Relativamente aos estores e a todas as pequenas situações que vão surgindo, deu conhecimento que a Câmara está a assegurar a sua resolução. -----

----- **PONTO VI - ESCOLA SECUNDÁRIA DR. AUGUSTO CÉSAR DA SILVA FERREIRA – TRANSPORTE ESCOLAR DOS CURSOS PROFISSIONAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, assegurar as despesas de transporte escolar no valor de 20.600,00 €, referente à comparticipação financeira a 100% dos alunos que frequentam os cursos profissionais na Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, nos termos e condições da informação emitida. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – ANULAÇÃO DE DÍVIDA RELATIVA AOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA - FATURA Nº E2018/5126** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação dos serviços relativa ao pedido da encarregada de educação da criança Mélanie de Almeida Rei, sustentado pelo email da professora da Escola Básica de Asseiceira, proceder à anulação da dívida relativa à fatura supracitada no valor de €28,89 que se encontra em processo de execução fiscal, bem como das inerentes custas e juros de mora. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL POR TEMPO INDETERMINADO PARA PREENCHIMENTO DE POSTO DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL - UM ASSISTENTE OPERACIONAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto –Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, autorizar abertura de Procedimento concursal, nos termos e fundamentos constantes nas Informações e Proposta em referência, atento o previsto no artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, para o preenchimento de posto de trabalho constante no mapa de pessoal, 1 assistente operacional a que

possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público e com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis, contados da data da publicação em Diário da República. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX - UTILIZAÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO – AUTORIZAÇÃO - DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, autorizar os recrutamentos em apreço, com recurso à utilização de reserva de recrutamento interna resultante de procedimentos concursais comuns, nos termos e fundamentos constantes nas Informações e Proposta em referência, conforme previsto no artigo 40.º da Portaria n.º83-A/2009, de 22 janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 abril, para o preenchimento de 2 postos de trabalho constante no mapa de pessoal. ----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO TEODORO MIGUEL** -----

----- Iniciou a intervenção indicando o sentido de voto favorável. Questionou se nas escolas a necessidade de funcionários para acompanhamento das crianças é suficiente ou insuficiente. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para responder ao Vereador João Teodoro Miguel e disse que o Ministério da Educação define um rácio de um educador por quarenta alunos, informando que o município de Rio Maior está muito acima desse rácio. Informou ainda que é o município que assume os encargos com os que estão acima do rácio. Ainda sobre esta matéria referiu que a Câmara de Santarém recentemente publicou um estudo em que demonstra que a diferença entre o que o Ministério da Educação transfere por via do rácio e os encargos que existem nas escolas implica por ano um encargo de cerca de um milhão e duzentos mil euros por ano. Salientou que a Câmara de Rio Maior está e sempre esteve acima do rácio, desde dois mil e nove, ano em que foram assumidos os funcionários não docentes para o mapa de pessoal e os respetivos encargos.-----

----- Disse que da parte de alguns grupos parlamentares existe a vontade de comunicar e manifestar ao respetivo Ministério a necessidade de mexer no rácio e informou que a Câmara, no início deste ano letivo colocou mais auxiliares nos Centros Escolares, ou sejam, foram colocados em cada agrupamento mais cinco trabalhadores, aditando que a gestão dos auxiliares é feita pela direção de cada agrupamento. Referiu que alguns

destes trabalhadores pela sua idade avançada e por questões de saúde se encontram de baixa médica com muita frequência, mas a Câmara tem sempre dado resposta aos pedidos dos agrupamentos. Opinou que o Ministério da Educação deveria dar legitimidade e o respetivo enquadramento financeiro às autarquias para estas agirem em conformidade com as necessidades existentes. Referiu que em todos os conselhos gerais da Associação Nacional de Municípios, este assunto foi sempre debatido para que esta Associação interceda junto do governo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Deu de seguida a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportou-se à Estrada Municipal 508 manifestando a sua preocupação quanto às passadeiras que em sua opinião não apresentam segurança para os peões, sugerindo que sejam colocadas lombas elevadas junto às passageiras existentes no Largo das Correias em Vale de Óbidos. Sugeriu ainda que a Travessa do Mateus fosse pavimentada. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Informou o Senhor Verde da Costa que no caso do microaglomerado quando a empreitada é feita apenas com a camada de desgaste muitas vezes é tecnicamente impossível garantir o perfeito funcionamento do mesmo durante os cinco anos da garantia, referindo ainda que, quando não está incluída na intervenção, a base do microaglomerado, há sempre forma de o empreiteiro dizer que o problema está na base do mesmo. Disse ainda que conhece a situação referida com a qual a Câmara está preocupada afirmando que, logo que possível, as camadas de desgaste serão reparadas e os microaglomerados serão repostos. Referiu ainda que a Câmara está a iniciar um procedimento tendo em vista a construção de cerca de setenta lombas e Vale de Óbidos está contemplado no projeto, sendo intenção da Câmara, em zona de cafés, colocar duas lombas, uma a montante e outra a jusante, para que se consiga fazer o controlo de velocidade. -----

----- Relativamente à pavimentação da Travessa do Mateus disse que no orçamento anterior não estava previsto porque existiam outras prioridades. Referiu que esta questão irá ser analisada e havendo a possibilidade de a fazer seria em conjunto com o reforço de aglomerados nas zonas sensíveis da estrada de Vale de Óbidos, nomeadamente, no interior da aldeia. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que foi pedido pela Comunidade Intermunicipal que o município enviasse o seu Plano de Investimento 2030 à CCDR para esta, posteriormente, o encaminhar para o Ministro das Infraestruturas documento este que serve também para o Governo preparar o orçamento de dois mil e dezanove. Disse ainda que as grandes infraestruturas do Plano de Investimento 2030 são o IC2 e a EN114 e lembrou que esta já está protocolada com o Governo estando ainda a Câmara a aguardar o projeto de expropriações para alargamento da via, mas prefere sempre a negociação. -----

----- Relativamente ao IC2 disse que a sua requalificação entre o nó da Asseiceira e o nó do Alto da Serra, incluindo a requalificação da rotunda existente é uma prioridade, dado a degradação evidente do pavimento rígido em betão, que vai sendo corrigido pontualmente com reparações em pavimento flexível de betuminoso, as quais se têm revelado infrutíferas e que apresentam cada vez mais patologias, representando aquele troço um enorme perigo para os utilizadores. Disse que este documento serve para enviar à CIMT para que esta se organize a nível da distribuição dos fundos comunitários, mas também serve para a Câmara preparar o seu orçamento. -----

----- Para terminar e ainda sobre esta matéria informou que no alargamento da plataforma da rede viária municipal, com execução de ciclovias, estão contempladas a Estrada Municipal 583- Rio Maior/Azinheira e a Estrada Municipal 508 – Rio Maior/Vale de Óbidos, dando também conhecimento que já teve início a execução da ciclovia Rio Maio/ Asseiceira. Salientou que não existem Fundos Comunitários para pavimentações, mas existem um conjunto de estradas municipais estruturantes do concelho que têm de ser contempladas porque foram requalificadas na época em que o Quadro Comunitário o permitia, estando agora a necessitar de nova requalificação. -----

-----**ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

A COORDENADORA TÉCNICA: _____